



Contrato

Processo Nº: PC-2023-000127

*FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉCTRICA ÀS INSTALAÇÕES DA REN,
(TERMINAL GNL DE SINES E ARMAZENAGEM CARRIÇO)*

Parte I – MINUTA DE CONTRATO

Cláusula 1ª – Objeto

Cláusula 2ª – Elementos do Contrato

Cláusula 3ª – Gestor do Contrato

Cláusula 4ª – Prazo de vigência do Contrato

Cláusula 5ª – Preço Base

Cláusula 6ª – Preço Contratual

Cláusula 7ª – Revisão de preços

Cláusula 8ª – Condições de Pagamento

Cláusula 9ª – Retenção de pagamentos

Cláusula 10ª – Obrigações do Adjudicatário

Cláusula 11ª – Obrigação de Informação, Monitorização e Sigilo

Cláusula 12ª – Dados Pessoais

Cláusula 13ª – Direitos de Propriedade Intelectual

Cláusula 14ª – Integridade

Cláusula 15ª – Responsabilidade

Cláusula 16ª – Cessão da posição contratual

Cláusula 17ª – Subcontratação

Cláusula 18ª – Penalidades

Cláusula 19ª – Força Maior

Cláusula 20ª – Caução

Cláusula 21ª – Seguros

Cláusula 22ª – Resolução do Contrato pela REN

Cláusula 23ª – Resolução por Razões de Interesse Público

Cláusula 24ª – Resolução por Parte do Adjudicatário

Cláusula 25ª – Contagem dos Prazos

Cláusula 26ª – Comunicações

Cláusula 27ª - Legislação Aplicável

Cláusula 28ª – Foro Competente



Anexos ao contrato:

Anexo I – Proposta do Adjudicatário e Mapa de Preços

Anexo II – Parte II Caderno de Encargos – Condições Gerais e Técnicas

Anexo III – Caução

CONTRATO

Entre:

REN Atlântico - Terminal de GNL, S.A., pessoa colectiva n.º 504346261 com sede no Terminal de GNL, Apartado 268 - 7520-903 - Sines, e **REN - Armazenagem, S.A.**, pessoa colectiva n.º 507725441 com sede Mata do Urso, Rua Guarda Norte - Carriço, 3105-057 - Pombal, representada por _____ na qualidade de _____ com procuração bastante do Conselho de Administração para outorgar no presente contrato);

e

Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda, sociedade por quotas, com sede na Av. D. João II, 30 - 3.º (Edifício Meridiano), 1990-092 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa - 2.ª Secção, sob o número único de matrícula e pessoa colectiva n.º 502124083, com o capital social de € 4.000.000,00; representada por _____ com poderes para o ato, conforme documentos juntos ao processo, adiante abreviadamente designada por "Adjudicatário";

Considerando que, por deliberação do Órgão Competente da REN, de 15 de Março de 2023, foi decidido adjudicar o presente fornecimento ao Adjudicatário, bem como aprovar a minuta do presente Contrato.

É celebrado o presente Contrato (adiante, o "Contrato"), o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

- 1 O presente Contrato tem por objecto o *"Fornecimento de Energia Eléctrica às Instalações da REN"*
2. no Terminal GNL de Sines e Armazenagem no Carriço, conforme definido no presente documento e nas Condições Gerais e Técnicas constantes da Parte II.
O Adjudicatário tem cabal conhecimento do objeto do presente Contrato, não podendo, como tal e em situação alguma, invocar desconhecimento sobre o mesmo, para atenuar ou se eximir da responsabilidade que tem na sua perfeita execução.

Cláusula 2.ª

Elementos do Contrato

- 1 Na execução do Contrato, observar-se-á o disposto no presente título contratual, bem como nos demais documentos abaixo elencados que constituem parte integrante do Contrato:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos
 - d) A proposta adjudicada;
 - 2 e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada.
- 2 Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
- 3 Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do Contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pela REN e aceites pelo Adjudicatário.

Cláusula 3.ª

Gestor do Contrato

- 1 A REN designa como Gestor do Contrato, tendo este como função o acompanhamento permanente da execução do mesmo.
2. Caso o Gestor do Contrato detete desvios, defeitos ou anomalias na execução do Contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado, as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

Cláusula 4.ª

Prazo de vigência do Contrato

- 1 O prazo inicia-se em 01/04/2023 e tem a duração de 6 meses, em conformidade com o Anexo I, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além do seu termo.

Cláusula 5.ª**Preço Base**

O preço máximo que a REN se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objecto do presente Contrato (Preço Base) é de 4.112.400,00 € (quatro milhões cento e doze mil e quatrocentos euros).

Cláusula 6.ª**Preço Contratual**

1. Como contrapartida da execução do objeto do presente Contrato, a REN pagará ao Adjudicatário o preço mensal contratual resultante da aplicação dos preços unitários contratuais da proposta do Adjudicatário pelo fornecimento de energia efectivamente realizado no mês em causa, num valor global estimado de 4.040.401,22 €, acrescido dos valores das tarifas reguladas de acesso às redes e de IVA à taxa legal em vigor.
 2. O preço contratual inclui todos os encargos discriminados no presente Contrato, Condições Gerais e Técnicas como o fornecimento de energia e a contratação do acesso às redes, todos os trabalhos preparatórios e acessórios e ainda:
 - a) O fornecimento de todos os materiais e equipamentos, incluindo todos os serviços necessários à completa e perfeita satisfação de todas as condições contratuais;
 - b) Os encargos próprios da organização do Adjudicatário, tais como seguros, despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos e materiais, despesas de aquisição, transporte, carga, descarga, armazenamento, desalfandegamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
 - c) Todas as taxas e impostos devidos respeitantes aos equipamentos e materiais importados.
 3. Os trabalhos, serviços e fornecimentos, inclusive os subsidiários, direta ou indiretamente relacionados com o objeto do Contrato, bem como os encargos aduaneiros e fiscais, a margem de lucro e as obrigações decorrentes da atividade de Adjudicatário, e ainda quaisquer outros encargos cujo pagamento não esteja expressamente previsto em separado, considerar-se-ão integralmente incluídos no preço contratual.
1. Não estão incluídos no preço contratual, os valores das tarifas reguladas de acesso às redes e o IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 7.ª**Revisão de preços**

Os preços da energia serão indexados na modalidade Indexada a OMIE e Indexada a OTC, resultando da seguinte fórmula:

$$C = X(h) * PF_{OTC} + X(h) * PF_{OMIE}$$

X(h) - % fechada em cada modalidade para cada hora que se está a faturar

O valor de PF_{OMIE} final será calculado da seguinte forma:

$$PF_{OMIE} = X(h) * \sum ((P_{OMIE(h)}) * (1+Perdas(h)) + Q) * MWh_{OMIE(h)}$$

PF_{OMIE} - Valor a faturar em € correspondente à energia indexada ao mercado OMIE-Portugal

PE(h) - Custo horário da Energia no Mercado de Produção (€/MWh)

Q - Valor a faturar em €/kWh - Spread e custos de comercialização

MWh_{OMIE(h)} - Energia horária a faturar na modalidade indexada a OMIE (MWh)

(h) Número de horas correspondentes ao período de faturação

P_{OMIE(h)} - Valor horário do Preço Marginal no Sistema Português (PMSp) da hora correspondente casada no mercado diário de produção para clientes e comercializadores, publicado diariamente pelo OMIE (Operador do Mercado Ibérico de Energia) (www.omie.es)

Perdas(h) - Ao valor horário obtido em P_{OMIE(h)} aplicar-se-ão os coeficientes de perdas correspondentes a cada período horário conforme estabelecido na legislação em vigor

O valor da PF_{OTC} será calculado da seguinte forma:

$$PF_{OTC} = X(h) * \sum Tf_{(i)} * [Vf_{(i)} + (\sum OTC_{(j)} FPB Y-n) / j * Ajuste_{(i)}] * MWh_{OTC(i)}$$

TE(i) - Custo da Energia para cada período horário (i) (€/MWh) baseado nos produtos adquiridos no OTC

MWh_{OTC(h)} - Energia horária a faturar na modalidade indexada a OTC (MWh)

(h) Número de horas correspondentes ao período de faturação

Tf(i) - Coeficiente para cada período horário (i), incluindo as perdas e custos financeiros.

Vf(i) - Coeficiente em €/MWh para cada período horário (i), correspondente ao Custo dos Serviços Complementares, Restrições Técnicas, Banda de Regulação, Desvios, Operação Técnica e Custos Internos.

Ajuste(i) - Coeficiente de relação do custo de energia para o perfil do cliente em cada período de tarifa de acesso (i) e o custo médio de um perfil plano:

OTC(j) FPB Yn - Valor de cotação do produto base OTC Portugal fechado pelo CLIENTE no "clip" j, correspondente ao produto "Y" (ano/trimestre) do ano/trimestre "n" no dia em que se realiza o seu fecho. O preço a aplicar será a cotação negociada em OTC:

(j) : número de clips fechados

(Y) : Produto (mes/trimestre/ano)

(n) : mês (de 1 a 12), trimestre (de 1 a 4) ou ano correspondente. "

Cláusula 8.ª

Condições de Pagamento

1. Com base na execução do objeto do presente contrato, o Adjudicatário procederá à emissão das facturas, com uma periodicidade mensal.
2. As faturas devem ser emitidas em nome da(s) entidade(s) adjudicante(s), conter os elementos previstos no n.º 1 do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos e serem enviadas para o Departamento Financeiro, REN Serviços S.A., Avenida Estados Unidos da América n.º 55, 1749-061 Lisboa.
3. Os valores devidos serão pagos até 60 (sessenta) dias após a receção da respetiva fatura salvo se a fatura for devolvida no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da sua receção, com indicação do motivo de devolução.
4. O Adjudicatário obriga-se a proceder à emissão de faturas eletrónicas, ao abrigo do disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, após o termo do período transitório previsto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto, por procedimento compatível com o sistema de faturação implementado na REN, devendo a fatura electrónica ser enviada em formato pdf certificado e assinado para o(s) email(s):

REN-Armazenagem	ren_armazenagem@fe.ren.pt
REN-Atlântico, Termin.GNL	ren_atlantico@fe.ren.pt

5. Nos pagamentos a efetuar ao Adjudicatário, a REN poderá deduzir as importâncias referentes ao pagamento de penalidades que lhe tenham sido aplicadas, bem como todas as demais quantias que sejam legalmente exigíveis.
6. As facturas deverão ser emitidas com discriminação dos pontos de entrega abaixo indicados:
 - a) **Terminal de GNL** com o ponto de entrega PT0002000100502424AV
Sob a forma de corrente alternada trifásica, à tensão nominal de 60 KV entre fases com uma frequência de 50 HZ, em permanência e contínuo.
 - b) **Pontos de entrega referente à REN Armazenagem, S.A**
 - a) Estação de Gás com o ponto de entrega PT 0002 000 101 814 304 WT

- Estação de Lixiviação com o ponto de entrega PT 0002 000 081 864 732 MF
- Captação de Água com o ponto de entrega PT 0002 000 081 864 834 DV

Sob a forma de corrente alternada trifásica, às tensões nominais de 400 V e 10,15 e 30 KV entre fases com uma frequência de 50 HZ, em permanência e contínuo.

7. Para os efeitos previstos na presente cláusula, considera-se o Ciclo tetra-horário “Semanal com feriados”, sendo a contabilização da energia feita com contagem nos períodos de Cheia, Ponta, Vazio normal e Super-Vazio.
8. As tolerâncias à qualidade do fornecimento são as definidas no Regulamento da Qualidade de Serviço.

Cláusula 9.ª

Retenção de pagamentos

A REN reserva-se no direito de, em caso de reclamação de subcontratado por pagamentos em atraso que lhe sejam devidos pelo Adjudicatário, exercer o direito de retenção sobre as quantias do mesmo montante devidas ao Adjudicatário, podendo exercer ainda a faculdade de compensação entre os valores pagos aos subcontratados e os valores por si devidos ao Adjudicatário, nos termos e para os efeitos do artigo 321.º-A do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 10.ª

Obrigações do Adjudicatário

1. O Adjudicatário obriga-se a executar o presente Contrato de modo diligente, de acordo com as melhores técnicas, práticas e normas da indústria, exigíveis a profissionais experimentados e qualificados.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e nos documentos contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações:
 - a) Obrigação de fornecimento dos bens de acordo com as Especificações Técnicas;
 - b) Obrigação de fornecer a energia eléctrica em permanência e em contínuo, só podendo ser interrompido o fornecimento em os casos fortuitos ou de força maior, considerando-se como tais os previstos no Regulamento de Qualidade de Serviço em vigor.
 - c) Obrigação da entrega da documentação prevista nas Especificações Técnicas, bem como outra que seja considerada necessária para a execução do objeto do presente Contrato;
 - d) Estabelecer todo o sistema de organização indispensável à execução das tarefas a seu cargo, bem como a obtenção de todos os meios necessários à perfeita execução dos fornecimentos contratados.
3. O Adjudicatário obriga-se ainda ao cumprimento das disposições legais e regulamentares gerais em vigor sobre ambiente, saúde, higiene e segurança no trabalho e/ou decorrente da regulamentação interna da REN.

4. O Adjudicatário é responsável, por sua conta e risco, pelo transporte, carga, descarga e manutenção de todos e quaisquer meios necessários para garantir a execução do objeto do Contrato.

Cláusula 11.ª

Obrigação de Informação, Monitorização e Sigilo

1. O Adjudicatário deve prestar à REN todos os esclarecimentos e informações que lhe sejam solicitadas e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do Contrato.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste Caderno de Encargos e nas Especificações Técnicas, o Adjudicatário obriga-se a constituir um sistema de informação completo, organizado, rigoroso e documentado, permanente e atual, sobre a execução do Contrato, decisões tomadas, acidentes, sinistros laborais ou quaisquer outros incidentes que venham a ocorrer durante a execução do Contrato, facultando acesso incondicionado e permanente à REN.
3. O Adjudicatário obriga-se e compromete-se a sujeitar-se, sem qualquer reserva, à ação fiscalizadora da REN ou dos seus representantes, prestando todos os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela REN, respondendo de imediato a quaisquer solicitações que possam ser feitas pela REN, facultando o acesso incondicionado a informação, a documentação ou a realização de entrevistas com os recursos humanos relevantes na averiguação e identificação de vícios, não conformidades, acidentes ou incidentes.
4. O Adjudicatário compromete-se a comunicar à REN, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a data da respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento do contrato.
5. As Partes ficam adstritas ao dever de sigilo sobre toda a informação que tenham acesso por força da execução do presente Contrato.
6. Constituem obrigações do Adjudicatário, no âmbito do dever de sigilo, designadamente as seguintes:
 - a) Toda a informação e documentação, técnica ou não técnica, comercial ou outra, fornecida ao Adjudicatário, ou de que este tenha conhecimento, no âmbito da execução do Contrato reveste-se de confidencialidade, ficando aquele impedido de a divulgar, transmitir, por qualquer forma, a terceiros, nem podendo a mesma ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta ou exclusivamente à execução do presente Contrato;
 - b) O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da REN;

Cláusula 12.ª**Dados Pessoais**

1. O Adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto todas as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados”) e demais legislação comunitária e nacional aplicável, em relação a todos os dados pessoais a que aceda no âmbito ou para efeitos da execução do objecto do Contrato, nomeadamente, dados pessoais de clientes, trabalhadores, colaboradores e prestadores de serviços da REN.
2. As Partes reconhecem e aceitam que, relativamente a todos os dados pessoais a que o Adjudicatário tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela REN para efeitos da execução do objecto do Contrato:
 - a) A REN atuará na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados (tal como definido no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), determinando as finalidades e os termos do tratamento desses dados pelo Adjudicatário; e
 - b) O Adjudicatário atuará na qualidade de entidade subcontratante (tal como definido no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), tratando os dados pessoais em estrita observância das instruções da responsável pelo tratamento desses dados.
3. O Adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela responsável pelo tratamento dos dados ao abrigo do presente Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, por aquela responsável.
4. Sem prejuízo das demais obrigações previstas no presente Contrato, o Adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
 - a) Tratá-los apenas de acordo com as instruções da REN e única e exclusivamente para efeitos da execução do objecto do Contrato;
 - b) Cumprir todas as regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a responsável pelo tratamento desses dados estiver vinculada, sempre que tais regras lhe forem comunicadas;
 - c) Prestar à REN toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do presente Contrato e manter a REN informada em relação ao tratamento de dados pessoais;
 - d) Prestar assistência à REN, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor, no sentido de assegurar as obrigações referentes à notificação de violações de dados pessoais, designadamente através da comunicação imediata à REN (e em

- qualquer caso nunca superior a 24 horas) de qualquer violação de dados pessoais que ocorra, prestando ainda total colaboração à REN na adoção de medidas de resposta ao incidente, na investigação do mesmo e na elaboração das notificações que se mostrem necessárias nos termos da lei;
- e) Colaborar com a REN, tendo em conta a natureza do tratamento e na medida do possível, através das medidas técnicas e organizativas referidas nesta Cláusula, para permitir que estas cumpram a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício, por estes, dos seus direitos nos termos da lei;
 - f) Não comunicar dados pessoais a terceiros e a prestadores de serviços não autorizados ou não indicados pela REN;
 - g) Consoante a escolha da REN, eliminar ou devolver os dados pessoais no momento de cessação do Contrato, apagando quaisquer cópias existentes, exceto se a conservação dos dados for exigida por lei;
 - h) Manter registos das atividades de tratamento de dados realizadas em nome da REN ao abrigo do presente Contrato, segundo os requisitos previstos na lei;
 - i) Se e quando aplicável informar a REN da nomeação de um Encarregado da Proteção de Dados;
 - j) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados (se aplicável); e
 - k) Cumprir todas as demais obrigações legais no que respeita ao registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais previstas na lei.
 - l) Não os transferir para fora do Espaço Económico Europeu, sem o consentimento prévio por escrito da responsável pelo tratamento dos dados;
 - m) Disponibilizar ao responsável pelo tratamento dos dados todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na lei e facilitar e contribuir para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pelo responsável pelo tratamento ou por outro auditor por este mandatado;
 - n) Assegurar que o pessoal autorizado a tratar os dados pessoais assumem um compromisso de confidencialidade e que conhecem e cumprem todas as obrigações aqui previstas.
5. O Adjudicatário obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da REN contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.

7. O Adjudicatário concorda que o acesso aos dados pessoais tratados ao abrigo do presente Contrato será estritamente limitado ao pessoal que necessitar de ter acesso aos mesmos para efeitos de cumprimento das obrigações aqui assumidas pelo Adjudicatário.
8. O Adjudicatário obriga-se a comunicar de imediato à responsável pelo tratamento dos dados qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais ou de algum modo dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados ou dos termos dos instrumentos de legalização, devendo ainda tomar todas as medidas necessárias para a cessar de imediato.
9. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a REN vier a incorrer em consequência do tratamento, por si ou pelo seu pessoal, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e do disposto no presente Contrato, responsabilidade essa que será exclusiva quando tal violação seja imputável ao Adjudicatário e solidária com o pessoal, quando a violação seja imputável à atuação destes últimos.
10. O Adjudicatário, caso obtenha da REN uma autorização específica para recorrer à subcontratação de um terceiro para efeitos da execução do objecto do Contrato, obriga-se a assegurar que o mesmo cumprirá o disposto na legislação aplicável, devendo tal obrigação constar de contrato escrito que, para o efeito, se obriga a celebrar com essas terceiras entidades.
11. O Adjudicatário, sempre que a REN receber um pedido de acesso ou retificação de dados pessoais ou uma oposição ao seu tratamento por parte dos titulares dos dados, deverá prestar assistência à responsável pelo tratamento dos dados através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares, tendo em vista o exercício dos seus direitos legais.

Cláusula 13.ª

Direitos de Propriedade Intelectual

1. Correm integralmente por conta do Adjudicatário todos os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação nos bens ou atividades que são objeto do contrato, ou da utilização nesses bens ou atividades, de elementos de construção, de hardware, de software, ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. Se a REN vier a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato ou posteriormente, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o Adjudicatário por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.

Cláusula 14.ª

Integridade

1. O Adjudicatário assume a obrigação de promover uma atuação de elevados padrões éticos, de integridade negocial, consciência e responsabilidade social, agindo perante a REN e terceiros de

forma leal, isenta, honesta, íntegra, responsável, transparente, profissional, consciente e justa na sua conduta e dos seus profissionais, colaboradores, representantes e responsáveis, pautando o respetivo comportamento de acordo com esse compromisso.

2. O Adjudicatário assume perante a REN o compromisso de cumprir a legislação aplicável em matéria de prevenção e combate aos crimes e infrações conexas de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, corrupção, tráfico de influências, recebimento indevido de vantagem e fenómenos conexas.
3. O Adjudicatário assegura, a todo o tempo, o cumprimento da legislação e regulamentação, nacional, europeia e internacional, bem como do disposto nos seguintes documentos da REN nos termos e nos casos em que os mesmos sejam aplicáveis:
 - a) O Código de Conduta do Grupo REN;
 - b) A Política de Integridade do Grupo REN;
 - c) A Política de Responsabilidade Social do Grupo REN;
 - d) O Código de Conduta do Fornecedor; e
 - e) Os Códigos de Conduta Funcionais.

disponíveis em: www.ren.pt, cujo teor declaram conhecer e que darão a conhecer aos seus colaboradores, representantes e terceiros relevantes.

4. O Adjudicatário compromete-se a enviar os elementos de identificação e demais informações e/ou documentos adequados a qualquer solicitação razoável da REN relativamente às obrigações e garantias constantes na presente cláusula, nomeadamente no que respeita aos procedimentos e mecanismos de controlo desenvolvidos em matéria de integridade e prevenção da corrupção, incluindo em matéria de identificação do Adjudicatário, da identidade dos titulares de participações no capital e nos direitos de voto, identidade dos titulares dos órgãos de administração ou órgão equivalente e de outros quadros superiores relevantes com poderes de gestão, bem como informação sobre a origem e destino dos respetivos fundos.
5. Tendo em consideração que o conhecimento dos elementos mencionados no número anterior e a recolha de informação que o permita não se esgota no momento do estabelecimento da relação contratual, devendo ser aprofundados e atualizados regularmente, o Adjudicatário compromete-se a atualizar a informação prestada, em cada momento e caso se revele necessário.
6. A REN pode vir a resolver ou a suspender o presente contrato ou qualquer ato de execução do mesmo, quando tenha conhecimento ou suspeite de que o mesmo possa estar relacionado com a prática de crimes e infrações conexas, nomeadamente, de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, corrupção, tráfico de influências, recebimento indevido de vantagem e fenómenos conexas, ou viola alguma das normas previstas no número 3 da presente cláusula.
7. O presente contrato, ou qualquer ato de execução do mesmo, pode vir a ser resolvido ou suspenso pela REN quando não for prestada pelo Adjudicatário, em termos satisfatórios, toda a informação que seja exigida por lei ou pelas normas supra mencionadas.

8. O Adjudicatário compromete-se a que cada um dos seus administradores, diretores, colaboradores, representantes e trabalhadores relevantes para o efeito do presente contrato e aos quais sejam aplicáveis as matérias e obrigações nele reguladas, conheçam, assumam e cumpram as obrigações previstas na presente cláusula.

Cláusula 15.ª

Responsabilidade

1. O Adjudicatário obriga-se a cumprir pontualmente todas as obrigações emergentes do Contrato, sendo responsável perante a REN por quaisquer prejuízos ou encargos decorrentes do seu incumprimento.
2. O Adjudicatário é responsável por quaisquer encargos, custos, danos ou prejuízos causados à REN ou a terceiros em virtude de ato por si praticado ou conduta por si omitida, ainda que a REN venha a ser demandada pelo lesado para reparar o prejuízo ou compensar o dano.
3. Caso sobrevenha uma situação de responsabilidade civil nos termos da presente cláusula, o Adjudicatário deverá envidar os melhores esforços para ressarcir os prejuízos causados e para proteger a REN de qualquer pedido indemnizatório ou reclamação, em juízo ou fora dele.
4. O Adjudicatário é ainda responsável perante a REN ou terceiros por quaisquer atos ou omissões de qualquer subcontratado.

Cláusula 16.ª

Cessão da posição contratual

1. Observados os limites previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, a cessão da posição contratual pelo Adjudicatário carece de autorização da REN, nos termos do 318.º do mesmo Código.
2. Para efeitos da obtenção da autorização da REN, é necessário a prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário exigidos ao cedente na fase de formação do presente Contrato e ainda o preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira exigidos ao cedente para efeitos de qualificação.

Cláusula 17.ª

Subcontratação

1. Observados os limites previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, a subcontratação carece de autorização da REN, nos termos do disposto no artigo 319.º do mesmo Código.
2. Para efeitos da obtenção da autorização pela REN, nos termos do número anterior, o Adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da subcontratação no próprio Contrato, nos termos do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, bem como a enunciação, de forma clara, das razões que motivaram o recurso à subcontratação.

3. A REN deve pronunciar-se sobre a proposta no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que devidamente instruída.
4. Se a REN não efetuar nenhuma comunicação no prazo previsto, considera-se que a proposta foi rejeitada.

Cláusula 18.ª

Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a REN pode aplicar ao Adjudicatário uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, além das previstas no ponto 2.7 das Condições Gerais e Técnicas (Parte II).
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a REN poderá igualmente aplicar uma penalidade, com fundamento em caso de incumprimento de alguma das obrigações assumidas no presente Contrato, de valor mínimo equivalente a 1% (um por cento) do preço contratual a fixar em função da gravidade do incumprimento, duração da infração, reiteração, grau de culpa e consequências do incumprimento.
3. As penalidades referidas nos números anteriores devem ser pagas pelo Adjudicatário à REN no prazo de 30 (trinta) dias, podendo a REN deduzir as quantias respeitantes às penalidades aplicadas nos pagamentos a efetuar.
4. Se o valor acumulado das penalidades previstas na presente cláusula for igual ou superior a 20% (vinte por cento) do preço contratual, a REN poderá resolver o Contrato.
5. Nos casos em que seja atingido o limite referido no número anterior e a REN decida não proceder à resolução do Contrato por dela resultar grave dano para o interesse público em causa, o limite do valor agregado das penalidades é elevado para 30% (trinta por cento).
6. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos, a aplicação de penalidades está sujeita a audiência prévia do Adjudicatário.
7. A aplicação de penalidades não tem natureza de cláusula penal, não prejudicando o direito da REN de ser ressarcida nos termos gerais de direito pelos prejuízos causados pelo incumprimento do Adjudicatário.

Cláusula 19.ª

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data

- da celebração do Contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
 3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à REN, indicando a causa, o início e a duração do caso de força maior e os seus efeitos na execução do Contrato e juntando os certificados das entidades competentes a atestar a realidade e exatidão dos factos alegados e oferecendo prova de, em devido tempo, ter esgotado todos os meios para reduzir ao mínimo o atraso na execução do presente Contrato.
 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.ª

Caução

1. O Adjudicatário garantiu por meio de caução, o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do presente Contrato, a qual tem o valor de 127.539,89 € (cento e vinte

- e sete mil quinhentos e trinta e nove euros e oitenta e nove cêntimos), através da apresentação de uma Garantia Bancária, cujo título comprovativo fica junto ao Contrato.
2. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato, pode ser executada pela REN, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes da mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos previstos na lei ou no Contrato.
 3. A execução parcial ou total da caução constitui o Adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução.
 4. A caução é liberada, decorrido o período de garantia, e após verificação por parte da REN do efetivo cumprimento de todas as obrigações do Adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.ª

Seguros

1. O Adjudicatário obriga-se a subscrever e a manter válidas e eficazes, a expensas suas, as apólices de seguro que cubram os riscos do presente Contrato até à data do seu termo, para além dos necessários seguros de acidentes de trabalho e outros que sejam exigidos pela legislação aplicável.
2. A REN pode exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro devendo o Adjudicatário apresentá-la no prazo que lhe for estipulado.

Cláusula 22.ª

Resolução do Contrato pela REN

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 333.º do Código dos Contratos Públicos, a REN pode resolver o Contrato, a título sancionatório e mediante comunicação escrita, nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento ou oposição de ordens, diretivas, ou instruções emitidas pela REN no exercício do poder de direção e fiscalização do Contrato;
 - b) Cessão da posição contratual ou subcontratação não autorizada ou realizada em violação do disposto nas Cláusulas 16.ª e 17.ª do Contrato;
 - c) Incumprimento de decisões judiciais ou arbitrais relativas à execução do Contrato;
 - d) Se o valor global de penalidades previsto no presente Contrato for aplicado pela REN exceder os limiares fixados na Cláusula 18.ª;
 - e) Se o Adjudicatário for declarado insolvente ou, tratando de sociedade, se tiver sido aprovada deliberação social no sentido da respetiva dissolução ou liquidação;
 - f) Se o Adjudicatário violar, de forma grave ou reiterada, quaisquer das obrigações assumidas ao abrigo do presente Contrato.

2. Nos casos previstos na alínea f) do número anterior da presente Cláusula, a REN poderá notificar o Adjudicatário para dentro de um prazo razoável cumprir as obrigações em falta, findo o qual poderá resolver de imediato o presente Contrato.
3. Para além da faculdade de resolução do Contrato nos termos previstos nos números anteriores, a REN poderá reclamar uma indemnização pelos danos e perdas sofridas em virtude do incumprimento do Contrato pelo Adjudicatário.

Cláusula 23.ª

Resolução por Razões de Interesse Público

Sem prejuízo dos motivos de resolução previstos neste Contrato, a REN pode ainda resolver o Contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentado, e mediante o pagamento ao Adjudicatário de justa indemnização nos termos previstos no artigo 334.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24.ª

Resolução por Parte do Adjudicatário

O Adjudicatário tem direito a resolver o Contrato nos termos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 25.ª

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 26.ª

Comunicações

1. As comunicações entre a REN e o Adjudicatário devem ser escritas, redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. As ordens, diretivas ou instruções devem ser emitidas por escrito, ou, quando as circunstâncias impuserem a forma oral, reduzidas a escrito e notificadas ao Adjudicatário no prazo de 5 (cinco) dias, salvo justo impedimento.
3. Salvo disposições contrárias às estipuladas, as notificações referentes ao presente Contrato serão enviadas para as seguintes moradas:
Para a REN : Av.ª Estados Unidos da América, 55, 1749-061 Lisboa;
Para o Adjudicatário: Av. D. João II, 30 - 3º (Edifício Meridiano), 1990-092 Lisboa.

Cláusula 27.ª**Legislação Aplicável**

1. É aplicável ao presente Contrato:
 - a) O Código de Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, assim como a demais legislação portuguesa aplicável;
 - b) Para além dos diplomas legais referidos neste Contrato, fica o Adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor durante a vigência do Contrato e que se relacionem com as atividades a desenvolver.
2. A REN pode, em qualquer momento, exigir ao Adjudicatário a comprovação do cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula 28.ª**Foro Competente**

1. Para resolução de todos os litígios emergentes do presente Contrato ou com ele relacionados será exclusivamente competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com exclusão de qualquer outro.
2. A submissão de qualquer questão a juízo, não exonera as partes do pontual e atempado cumprimento do presente Contrato, bem como das normas e regulamentos aplicáveis, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento das atividades integradas no presente Contrato, que deverão continuar a processar-se nos termos em vigor à data de submissão da questão a juízo até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em causa, exceto se o contrário for determinado pela REN.

Lisboa, 22 de março de 2023